

O HISTORIADOR E A CULTURA POPULAR: HISTÓRIA DE CLASSE OU HISTÓRIA DO POVO? ¹

Déa Ribeiro Fenelon²

Ao nos colocarmos aqui a questão de que realidade social queremos compreender, como cientistas sociais, para construir uma perspectiva de transformação, que seja capaz de orientar nossa prática social, deveríamos nos questionar inicialmente sobre o significado deste clima de desencanto, desesperança e cansaço que perpassa alguns de nós na sociedade brasileira nestes anos da chamada transição democrática e agora mais recentemente “Brasil Novo”.

A sensação de que, como cidadãos, “a gente somos inúteis”, as agruras de acompanhar o lento e angustiante tempo de se forjar Constituições, que todos queríamos democráticas, para logo depois vê-las torpedeadas; a experiência de sofrer impactos cotidianos de uma política de arrocho salarial, dos efeitos do desemprego; o enfrentamento de uma política de combate à inflação, que não conseguimos dominar e nem mais compreender; o descrédito para alguns de qualquer plano ou medida que se nos apresentem como possibilidade de melhoria e tantos outros sinais e sintomas cruéis de uma época de crise, estão a nos colocar diante do que se tem configurado e nomeado como a crise da modernidade ou do rompimento da utopia

¹ Texto originalmente publicado em *História & Perspectivas* n.6, jan./jun. 1992. Comunicação apresentada no VI Encontro Estadual de História de Minas Gerais, organizado pela associação Nacional dos Professores Universitários de História-MG, sobre o tema “Movimentos Sociais e Força de Trabalho”, Belo Horizonte, julho de 1988.

² Déa Fenelon foi professora do Programa de Pós-graduação em História da PUC/SP. Ocupou o cargo de diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi professora do Departamento de História da UNICAMP. Tem livros e artigos publicados, inclusive na *Revista Brasileira de História*.

moderna, enquanto para outros se trata ainda, de tudo fazer em nome de um Brasil Moderno. Ao erigir a razão como elemento definidor da organização social e transformá-la em instrumento de poder, o capitalismo acabou por domesticar os homens e suas consciências, conduzindo a inúmeras formas de disciplinarização e de tirania política, visíveis nas instituições, mas também presentes no dia-a-dia, nos valores, nos hábitos e outras formas de governo das pessoas.

Todas as críticas que vimos estabelecendo às idéias de progresso, racionalidade, desenvolvimento, que marcaram o avanço do capitalismo e as análises sobre as concepções do social, terminaram por nos levar à constatação de que afinal estamos vivendo a superação da modernidade ou a despedida de utopias realizadas sob a forma de pesadelos, que configuram o estado de pobreza absoluta em que vivem $\frac{3}{4}$ da população mundial, a fome, a miséria, a desnutrição, o desemprego, os desastres ecológicos, os armamentos nucleares e a possibilidade de extermínio e da destruição total. É o cansaço e a saturação do sonho liberal e a necessidade de exorcizar o passado.

Vivemos, portanto, o enfrentamento da certeza de que nossos modelos e nossas concepções do social estão em crise, porque não conseguem dar conta destas questões presentes no cotidiano. Por isto mesmo, a derrota das ortodoxias, dos "ismos" de toda a natureza, a recusa aos fechamentos modelares, o sucesso da crise libertária e a valorização do pluralismo político, filosófico e cultural ³.

Essa é a característica comum, diz Rouanet, de todas as descrições da sociedade pós-moderna: o social como um fervilhar incontrolável de multiplicidades e particularismos, pouco importando se alguns vêem nisso um fenômeno negativo, produto de uma tecnociência que programa os homens para serem átomos, ou outros um

³ HELLER, Agnes Ferenc Feher. *Anatomia de la Izquierda Occidental*. Barcelona, Ediciones Península, 1985, p. 117/127.

fenômeno positivo, sintoma de uma sociedade rebelde a todas as totalizações ou o terrorismo do conceito, ou da polícia ⁴.

Vivemos, pois, uma clara consciência de ruptura, restando compreender se se trata apenas do questionamento e mal estar do fim da modernidade, ou se corresponde a uma ruptura real em todos os campos do social. De qualquer maneira, resta a indicação de que se trata de algo indefinível porque traduz uma sensação, mais do que o resultado, ou evidência, de uma realidade cristalizada.

E afinal, se este é o nosso presente e se concordamos que “a História é um objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” como disse Benjamin⁵, precisamos fundar um conceito sobre este presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele representa para os “fazedores de história” em todos os níveis e concepções.

Neste sentido, queremos inverter a relação passado/presente para tornar mais explícita a relação do momento do qual partimos, ou seja, entre nossos problemas, nossas lutas e a experiência histórica de outros momentos, para conseguir assim politizar a história que transmitimos e produzimos ⁶.

Para não perpetuarmos visões de um passado mistificado, com acontecimentos cristalizados, com periodizações que pouco tem a ver com as perspectivas que queremos desvendar, há que definir uma concepção de presente, que nos permita atribuir significado ao passado, e mais, que nos oriente em direção ao futuro que queremos construir, ou estaríamos traduzindo em conservadorismo social o culto pelo passado e transformando a

⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.234.

⁵ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: *Magia e Técnica, Arte e Política. Textos Escolhidos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, p. 229.

⁶ CHESNEAUX, Jean. *Hacemos Tabla Rasa del Passado?* México, Siglo XXI, Editores 1977, p. 60/70.

memória em instrumento de prisão e não libertação, como deve ser ⁷.

II -

Começemos por colocar em evidência, para poder explicitar posições, algumas das questões mais candentes que se fazem presentes no debate entre os historiadores brasileiros preocupados com projetos desta natureza e com os temas do Trabalho e da História Social.

Seria necessário falar, em primeiro lugar, da importância que atribuímos à História, à produção de seu conhecimento, sua difusão e transmissão. De certa maneira, estamos acostumados a fazer esta discussão sempre de forma seccionada, ou seja, nos Cursos de História, nos Encontros Científicos e em Seminários; falamos da produção do conhecimento, fazemos a crítica historiográfica da última produção apresentada, ou de diferentes formas de abordagem, problemas metodológicos, técnicas sofisticadas. De outro lado, reservamos, nestes mesmos encontros ou seminários, algum espaço para falarmos do ensino de História, quase sempre com certo tom de condescendência, como atividade paralela ou secundária, ou atendendo aos apelos e angústias de uma discussão reclamada pelos professores, que formamos e que se encontram no dia a dia das escolas, atarantados e confusos com a precariedade das condições de trabalho, mas sobretudo, com um assustador despreparo profissional para enfrentar a realidade da escola e do ensino.

Digo isto para acentuar como dialogamos pouco sobre nossas concepções, ou quase nada discutimos sobre a teoria subjacente às nossas ações, ou atendendo aos apelos e angústias e com os temas do Trabalho e da História, acabando por não partilhar das reflexões sobre o

⁷ LE GOFF, Jacques. *Memória*. Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Oficial, 1985.

cotidiano de nossa atividade de historiadores e do significado que atribuímos às tarefas de fazer avançar nossa profissão que, afinal, passa pela valorização da História no social. Pouco sabemos das intenções e objetivos dos profissionais da História quanto aos compromissos da prática social e, quando digo isto, estou pensando, principalmente, na nossa prática profissional como historiadores.

Neste particular, minhas reflexões sobre a experiência de profissional da História me colocam questões até hoje um tanto perturbadoras. São reflexões que certamente se aguçaram com o correr do tempo, mas que, a rigor, dizem respeito à vida acadêmica e seus desdobramentos em nossa área. O desafio de conviver com a diversidade de perspectivas de trabalho, de concepções diversas de fazer história, na vida e na produção do conhecimento, de crescer em visões de processos sociais e políticos, de posicionar-se em situações profissionais e no âmbito das esferas acadêmicas, exigem um constante repensar de nossas convicções de toda ordem, ao mesmo tempo que enfrentam, quase sempre, incompreensões formalistas, competição miúda e desqualificadora em nome da unidade de um lado e da pluralidade do outro, tudo transformado às vezes em questões de prestígio pessoal, agressividade, etc...

Na verdade o que estou dizendo é que o diálogo sadio e natural de posições, o debate no sentido da troca de experiências, infelizmente ainda não se instalou entre nós historiadores e quiçá outros cientistas sociais. Como vício de uma formação maniqueísta, sempre se contrapõe uma posição à outra e é assim que concebemos e realizamos nossa prática docente. Para se ter a certeza e a verdade precisa-se sempre desqualificar o outro, pois só assim se caminhará na direção daquilo que se convencionou chamar, abstratamente, de perspectiva crítica, ou de transformação social, ou de mudança. Cresce-se pouco quando em contato com outro tipo de produção ou posição diferente da nossa, conseguimos apenas desqualificá-la como não tendo as qualidades exigidas por nosso modelo de vida ou de trabalho intelectual. Isso nos desobriga de pensar outras possibilidades históricas, inseridas no real, tanto quanto as nossas

e, ainda mais, impede o diálogo porque não reconhece o outro como sujeito possível de um conhecimento diferente mas, de forma nenhuma, menos válido.

Muitos autores têm chamado a atenção para este hábito dos historiadores não falarem de suas teorias e concepções, de suspeitarem de ortodoxias e de não gostarem de abstrações. Quando se defrontam com dificuldades conceituais buscam instintivamente os “fatos” esgrimindo achados ou questionamentos aos suportes documentais, mas nunca aos pressupostos teóricos. De algum modo, as interpretações tomam corpo apenas com o descobrimento, a seleção e o arranjo dos fatos⁸. E acaba-se produzindo uma história bem arrumada, linear ou até mesmo dialética, explorando as contradições e os conflitos, mas de qualquer maneira o resultado termina sempre por se transformar no conhecimento verdadeiro, ou então na simples história do acontecido. Daí à sacralização dos conteúdos é apenas um passo e assim elaboramos elencos programáticos com os mesmos temas e periodizações que se critica, escudados na idéia de que, afinal, existe toda uma determinada história da humanidade, que nossos alunos, futuros professores, precisam dominar para poder transmitir na escola de 1º e 2º graus. Estabelecem-se os conteúdos e a discussão passa a ser apenas sobre a melhor maneira de transmiti-los, partindo-se do suposto da hierarquização dos níveis de aprendizagem e de saber que é preciso consagrar.

Neste caso, então estaríamos reforçando a idéia de que os alunos de uma certa idade, ou de um certo nível de escolaridade, não podem e não devem ser incentivados a qualquer iniciativa criadora ou a formular questões e problemas, ou a identificar tópicos e temas que queiram formular, ou à possibilidade de fazer opções sobre quais temas gostariam de ver desenvolvidos. Ao invés disto, espera-se que estas mentes maduras devam operar com conteúdos prescritos a eles por mentes iluminadas, porque mais amadurecidas.

⁸ SAMUEL, Raphael. “Historia y Teoria”. In: *História Popular Y Teoria Socialista*. Barcelona, Editora Critica/Grijalbo, 1984, p.48/70.

Se ao contrário, considerarmos que a História faz sentido como fonte de inspiração e de compreensão, não apenas porque pode fornecer os meios de interrelação com o passado, mas também porque nos permite elaborar o ponto de vista crítico através do qual se pode ver o presente, outras perspectivas de interesse pela história se abririam para todos nós profissionais e especialmente para nossa situação no ensino e na pesquisa. A partir daí creio que poderíamos repensar não só o ensino de História, mas também o destino de nossa produção acadêmica, cada vez mais distanciada da escola e do grande público. Poderíamos nos indagar, portanto, em que contexto o estudo da História tem sido socializado e politizado e destacar a importância da escola, onde parece vital a possibilidade de discutir a idéia de transformação, a consciência da mudança e das perspectivas que se desdobram à frente de todos. Para falarmos da relação com o tempo que é nossa matéria, poderíamos explicitar melhor qual seria o compromisso presente, que informa esse debruçar sobre o passado.

Além disto, gostaria de salientar que o ensino e a aprendizagem da História, ou seja, o exercício do pensar historicamente exige o desenvolvimento integral das habilidades e capacidades cognitivas, para poder refletir e pensar abstratamente, para contestar valores e perceber que a ordem existente é modificável. Por isto, considero a discussão sobre o modo de conceber o ensino em qualquer circunstância ou nível, de importância fundamental, principalmente se vier acompanhada do nosso posicionamento no presente e da explicitação de nossas concepções fundamentadas para conhecer e fazer a História e produzir conhecimento desde tantas formas de abordagem.

Partindo pois de uma concepção de História que busca conviver com o indeterminado, o indefinido, o diferenciado, quero destacar a importância de se perceber a diversidade, a diferença, as mudanças e as permanências, reconhecendo que ninguém tem monopólio do caminho a percorrer para construir a transformação que queremos ver realizada, ou seja, a construção democrática do socialismo.

Se falarmos então, da perspectiva de desenvolver a História

Social do Trabalho, precisamos ter claro que com estas premissas e estas posições estaremos sempre a enfrentar formas de pensar a História que se pretendem hegemônicas e imprimem sua marca não apenas na formação dos professores e alunos, mas também na formulação de projetos curriculares, de programas, de conteúdos, de periodizações cristalinas estabelecidas.

Só para levantar um ponto de discussão, neste posicionamento inicial, podemos indagar o porque de nessa História sacralizada e definida como patrimônio cultural a ser transmitido, se negar sempre uma referência mais explícita a temas como do Trabalho e dos trabalhadores, das minorias, ou o porque de se apresentar qualquer grupo contestador como perturbador da ordem estabelecida, que deve sempre existir para o bem do ovo e da harmonia social. Consagra-se com esta prática, o que se pode chamar de uma tremenda “amnésia histórica”, o que nos permitiria estender longas considerações sobre as implicações políticas destas atitudes e quais os nossos compromissos diante dela, se dizemos que o propósito da História não é o de “desencavar” o passado para apenas descobrir as raízes de nossa identidade, mas o nosso compromisso de construir a transformação do presente.

III -

Em sua última passagem pelo Brasil, o historiador inglês Hobsbawm⁹ nos colocou, como sempre o faz, diante de indagações muito relevantes sobre as premissas, o desenvolvimento e os impasses dos historiadores, sobretudo aqueles que, adotando as perspectivas da História Social, procuram dirigir seus interesses para a temática do Trabalho em todos os seus desdobramentos na formação histórico social do Brasil.

Uma delas, mais geral, tocada meio de relance e referindo-

⁹ ERIC, Hobsbawm em entrevista à Paulo Sérgio Pinheiro. *O Estado de São Paulo*. Caderno 2, 12/06/1988, p. 09.

se à importância da História, obviamente na realidade inglesa, me fez refletir e gostaria de lançá-la para nossa discussão. Por que é que entre nós, fazendo parte dos currículos escolares em todos os níveis, sendo sempre salientada como fundamental à formação do cidadão, apreciada por diletantes que tanto a cultivaram, a disciplina História não consegue ultrapassar o campo de domínio dos especialistas, tornando-se uma matéria relevante para o grande público, ou mesmo ser difundida no âmbito universitário, para além das áreas de Ciências Humanas e Sociais? Ainda que considerando todas as condições já bastante discutidas, sobre a dominação social e seu impacto na educação, dirijo minhas reflexões para o exame da comunidade dos historiadores com o objetivo de nos levar a indagar se o tipo de História que vimos praticando não tem contribuído para torná-la cada vez mais distanciada da população, apesar de se ter tornado moda o culto da preservação e da memória. Será que não estamos cada vez mais falando para nós mesmos?

A segunda e a que interessa mais neste debate foi a colocação de que “qualquer boa história não é apenas uma tentativa de investigar, analisar e descrever o passado, mas analisar como o mundo muda... é descobrir como a humanidade começou na Idade da Pedra e chegou à Idade da Tecnologia, à Idade Nuclear?”

Outra vez esta idéia bastante rica para nós historiadores de que o nosso objeto é a transformação, a mudança, o movimento, o interesse em saber como e por que as coisas aconteceram, principalmente para descobrir o significado e a direção da mudança.

Sempre presente em todos os debates sobre estas questões e o fazer da História, Hobsbawn escrevia, em 1971, sobre o caminho da História Social, ao que ele chamou de História da Sociedade, salientando que aqueles eram bons tempos para os historiadores sociais, tempos de revisão, definições, explicitações de posições, mas sobretudo de produção de grande número de trabalhos, que obrigaram os historiadores sociais a se repensarem no interior da diversidade das propostas existentes e por desenvolver, para fazer avançar o diálogo que haviam

provocado ao refutarem formas de ortodoxia, de esquematismos e defenderem o conviver com diferentes concepções sobre o social e seu estudo.

Na tentativa de explicitar suas posições, já dizia que jamais poderia encarar a História Social como uma outra especialização ou qualquer outra História com hífen – porque seu objeto nunca pode ser tomado como em separado –

os aspectos sociais do ser humano não podem ser separados dos outros aspectos do seu existir... dos modos pelos quais os homens constroem o seu viver e se relacionam com o meio ambiente... não podem ser separados de suas idéias (por exemplo), uma vez que suas relações uns com os outros são expressas em linguagem o que implica conceitos, logo que abram a boca...¹⁰

Esta então continua ser umas das dificuldades enfrentadas por estas abordagens. Alguns anos mais tarde, há que reconhecer que a História Social abriu caminhos para reunir historiadores de diversas abordagens e concepções, de maneira que dificilmente se poderia manter hoje a estreita correlação e até mesmo identificação desta, apenas com o marxismo. Não há dúvida de que a História Social continua a ter dificuldades em tornar claros os seus objetivos¹¹. Ao incorporar para além de seu interesse inicial, quase exclusivo com as classes trabalhadoras, outros temas, como a sexualidade, as minorias, o lazer, a vida em família, os homens, as mulheres, a velhice, o urbano e o viver em cidade, os saberes e os odores e tantos outros, não gostaria de rotulá-los apenas de “novos temas”, “novos objetos” ou “novos problemas”, mas de salientar como ao ter de lidar, ao mesmo tempo que enfrentasse questões metodológicas específicas, com esta diversidade de objetos, a História Social vem contribuindo para alargar o campo de atividades consideradas passíveis de

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. “From Social History to the History of Society”. In: *Daedalus*. Winter, 1971, p.20/45.

¹¹ ZELDIN, Theodore. “Social History and Total History”. In: *Journal of Social History*. Winter, 1976, volume 10 (2), p. 237/245.

serem estudadas, mas principalmente vem contribuindo para a compreensão e a articulação destas temáticas no todo social. Ainda mais, por se tratar de objetos pouco estudados até aqui é considerável a contribuição prestada no sentido descobrir e reinventar fontes, materiais, suportes não pensados pelos historiadores, para dar substância às suas análises, explicações e conclusões. E ainda que seus objetos sejam, às vezes, restritos ou representem estudos monográficos limitados, as questões e as indagações colocadas pela História Social são sempre no sentido mais amplo e abrangente das experiências vivenciadas, seja na configuração das explicações buscadas e seja no arranjo dos resultados obtidos nas pesquisas.

É por aí que se quer salientar o grande salto dado pela História Social ao se libertar, também, de outra estreita e exclusiva vinculação com a história sindical e a história do movimento operário, principalmente da forma realizada em certos momentos pela historiografia em geral e a brasileira em particular.

De fato, a busca de uma tradição revolucionária para a classe operária e seu movimento, bem como para as populações oprimidas, que caracterizou muito da produção dos historiadores sociais de linha marxista, acabou distorcendo a experiência dos diversos grupos formadores da classe. Em princípio por colocar muita ênfase na questão da presença ou ausência da consciência de classe na formação do proletariado. No caso brasileiro, por exemplo, contribuiu para relegar a segundo plano experiências importantes de atuação política de outros grupos que fizeram parte da força de trabalho em formação, abandonando perspectivas de estudo sobre as tradições do campo e da cidade, das experiências de escravos, etc., para não falar de outros aspectos. Por uma concepção estreita do que seria o proletariado brasileiro configurou-se o mito da historiografia de identificar fortemente o proletariado com o imigrante e daí a perda de outros elementos da formação do mercado de trabalho assalariado urbano. Agravando tais omissões, o viés da adesão a uma forte linha de determinismo e de acompanhamento da idéia de progresso, no caminho da formação social e da classe, impediu uma leitura mais abrangente e flexível do passado. Seria urgente

incorporar nas reflexões sobre o fazer-se das classes trabalhadoras, no Brasil, toda a gama de estudos realizados sobre a experiência de viver a escravidão, o ser liberto, e também as condições de existência dos trabalhadores livres em situações anteriores à chegada dos imigrantes ou em regiões onde a formação dos trabalhadores assalariados não sofreu o impacto tão forte da presença do estrangeiro, do imigrante, como é o caso de São Paulo.

Finalmente, ainda dentro desta linha de trabalho, a preocupação de acompanhar as realizações apenas das lideranças e dos segmentos ativistas do proletariado, obscureceu o exame da vivência de outros homens, mulheres e crianças e negligenciou forças culturais importantes incluindo-se aí a vida em família, os hábitos e costumes sociais dos diversos segmentos da população, a religiosidade e seu peso na formação das tradições, as festividades populares, as experiências, enfim, do viver no campo e na cidade em uma época de transformação e, sobretudo, os momentos mais importantes da configuração do se definir a dominação social e seus desdobramentos, em construir outros elementos do viver, seja em hábitos de morar, de se alimentar, se divertir e expressar suas peculiaridades, para construir novas estratégias de governo dos indivíduos, na formação do homem dócil e domesticado necessário ao mundo moderno, agora como fruto da racionalidade capitalista.

Seria rico para a historiografia social brasileira que a incorporação do termo ausente em Marx, no dizer de Thompson – a experiência social – significasse uma retomada destes períodos, para trabalhar estas temáticas relegadas ao esquecimento, para podermos repensar o fazer-se da classe na direção de que

os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam esta experiência em sua

consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹²

A riqueza do termo está na oportunidade que ele proporciona, por significar a possibilidade de explorar os pontos de disjunção entre os consagrados conceitos de “estrutura” e de “processo”, de uma outra perspectiva bem mais enriquecedora do que simplesmente o da exploração do trabalho, pois

... verificamos que com ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéia, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário, etc.. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades ou através de formas mais elaboradas, na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura, e é uma metade completa, pode ser descrita como consciência afetiva e moral... significa dizer que toda contradição é um conflito, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada ‘necessidade’ há um afeto, ou vontade, a caminho de se transformar num dever e vice-versa; que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores...¹³

Por isto, mesmo não sendo a história sem política, quando se distingue da história econômica, política ou diplomática, a História Social acaba lidando com objetos que não são tratados em outras especializações, ou o são apenas secundariamente, como as minorias, a família, os migrantes, a vida cotidiana da classe trabalhadora, a demografia, a mobilidade social, a história urbana, etc. Isto significa reconhecer sobretudo que os sentimentos e os valores não são “dados imponderáveis” que os

¹² THOMPSON, E.P. “O termo Ausente: A Experiência”. In: *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981, p. 180/201. Também a expressiva obra, agora finalmente traduzida, *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1987.

¹³ THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. P. 189/190.

historiadores podem seguramente dispensar, com a reflexão de que, uma vez que não são susceptíveis de medida, significam apenas questões de satisfação humana. Ao contrário, representa exatamente valorizar estas reflexões pela importância que assumem na discussão da mudança social, principalmente a questão da “moral” cujo silêncio em Marx virou repressão para os marxistas, que parecem não perceber que explorar o campo das contradições nos colocará, sempre, diante das lutas entre projetos alternativos de organizar também os vales do social.

Portanto, mais que abrigar e descobrir temas novos, a História Social representa a rebeldia de alguns historiadores em se deixarem limitar por definições de História Social como a “História com a política deixada de lado”, ou a visão residual de que suas preocupações são aquelas não incorporadas por outras especializações. Por isto se pode considerar como positiva a rebeldia destes historiadores contra a dominação da História Política no sentido tradicional. Também é positiva a reação dos historiadores sociais contrária à sua classificação como uma história especial ou como uma disciplina em separado porque, nesta dimensão, preferimos considerá-la “não como uma parte da História, mas toda a História de um ponto de vista social”¹⁴, para salientar o avanço conseguido desde o Colóquio de St. Cloud, em 1.965, quando Soboul definia que “todo o campo da História, incluindo o mais tradicional depende da História Social”; ou George Duby, ao dizer que “História Social é de fato toda a História”¹⁵, sem maiores preocupações teóricas de situar seus estudos.

E nesta parte da questão não se pode deixar de reconhecer que, por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem

¹⁴ PERKIN, Harold. “Social History”. In: Fritz Stern *Varieties of History: From Voltaire to the Present*. New York, 1973, citado em James Henretta: “Social History as Lived and Written”. In: *American Historical Review*, volume 85 (n.5), 1979, p. 1299/1333.

¹⁵ LARROUSE, E. *A História Social: Problemas, Fontes e Métodos*. Lisboa, Editora Cosmos, 1967.

transformá-los outra vez em vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História podendo, em algumas variantes, enfatizar concepções que buscam explorar as contradições de classe como suposto de suas análises. Neste ângulo e reconhecendo a diversidade nela contida, se afasta da idéia de uma História Social dedicada ao supérfluo, à obviedade e, portanto, uma história “leve” em contraposição ao “peso” da História Econômica e Política e continua comprometida com uma suposição socialista, ou pelo menos anti-capitalista.

Neste sentido é importante perceber que as tentativas de reduzir a História Social a uma História tópica ou especial, quando sua pretensão é a de se colocar como capaz de abranger aspectos gerais, para garantir uma abordagem mais ampla, sem no entanto cair na armadilha das generalizações superficiais, parece obedecer a uma estratégia de retalhar não apenas o social mas, sobretudo, o trabalho intelectual, colocando cada um em uma caixa com seu respectivo rótulo para melhor organizar o desenvolver da ciência!

São muitos os problemas teóricos e metodológicos que a História Social vem enfrentando. Falemos de alguns deles. Em primeiro lugar a questão da teoria. Se ela está explícita e definida nos historiadores de inspiração marxista, em suas diversas dimensões e vertentes como tentamos esboçar anteriormente, restando reconhecer as diferenças, as interpretações, as superações, as críticas, esta questão não está tão bem dimensionada para outras abordagens da História Social. Alguns autores da linhagem acentuam características sociais, tecnológicas e da vida cultural em um ambiente específico, adotando uma abordagem geográfica e seus trabalhos representam uma concepção de história que é ao mesmo tempo método, definição de objeto e interpretação. Entre os historiadores sociais franceses desta corrente, a coerência é conseguida através do valorizar a quantificação e das noções de totalidade e estrutura. A quantificação é usada para reduzir a margem da imponderabilidade, a totalidade como elemento de coesão de

qualquer período histórico e o delinear das estruturas como garantia de uma proposta de compreender e reconstruir a causalidade histórica. Sempre se reconhece o inclinar-se para um determinismo social acentuado e uma crença de que a história é, pelo menos parcialmente, determinada por forças externas ao homem, mas não há um sistema referencial coerente para enfeixar tais determinações, senão a idéia de que a totalidade significa todos os aspectos da vida, do clima à cultura popular. O resultado destas abordagens é que muito se reforça a idéia de estabilidade e de continuidade das tradições e ainda permanece a questão sempre levantada sobre esta corrente de onde está a teoria na Escola dos Anais¹⁶.

Reconhecendo a importância desta corrente na contestação ao positivismo e também na extensão e abrangência das temáticas que se propõe analisar, resta salientar a aproximação que proporcionaram com as outras disciplinas do social como a etnologia, sociologia, a psicologia social, etc., quando se dispuseram a ir além da História para enriquecer suas perspectivas¹⁷.

No desenvolvimento da História das Mentalidades, como vertente muito difundida da Escola dos Anais, se pode caracterizar o desdobramento destas perspectivas e a passagem para a Nova História Francesa. Considerando a importância de identificar pontos de junção entre o indivíduo e o coletivo, da longa duração e o cotidiano, do intencional e o inconsciente, estes historiadores das mentalidades têm se preocupado com as heranças, as tradições, as defasagens, as continuidades, assumindo que, nas estruturas mentais, as mudanças são lentas e vagarosas e, por isto mesmo, possíveis de serem examinadas na longa duração.

O estudo dos ritos, das cerimônias, das representações e do imaginário destas práticas vem colocando, quase que como

¹⁶ HENRETTA, James. *Op. Cit.* P. 1295/1298.

¹⁷ Um bom balanço sobre a Escola dos Anais está em Fontana, J. L. |Ascensão e Decadência da Escola dos Anais". In: *História e Idéias*. Porto, Editora Afrontamento, 1979, n.3 e n.4, p. 65/79.

ponto principal destas abordagens, a inegável contribuição que têm dado na extensão de nossas concepções tradicionais de documentos e fontes históricas, onde objetos de adorno, de trabalho, ritos, disposições nas cerimônias, etc. têm se transformado em valiosos elementos de discussão das mentalidades. Outra vez a discussão teórica parece passar ao largo. Por falar de uma mentalidade comum a todos parecem não reconhecer as diferenciações nas estruturas sociais ou em outras obras se constata a tentativa de caracterizar as mentalidades como peculiares a setores específicos. Não se preocupam com questões como: trata-se de uma mentalidade dominante? De várias? Quando se desfaz? Quando se constrói outra?¹⁸

Depois de algumas discussões e críticas recíprocas houve algumas tentativas recentes de aproximação entre as concepções e os trabalhos dos historiadores das mentalidades e dos autores ingleses preocupados com a cultura das classes trabalhadoras. Isto entretanto, parece difícil apesar das simpatias mútuas. A fragilidade teórica da história das mentalidades e muito mais a forma como, acriticamente, incorporam conceitos das ciências sociais tais como tradicional e moderno, civilização, irracionalidade e inconsciente e outros com tendência a explicações funcionalistas tornam mais afastadas estas duas abordagens. É bem verdade que os mais recentes trabalhos da Nova História vêm procurando dar maior consistência às análises das mentalidades mas, ainda assim, de alguma maneira elas “flutuam no ar”, por alguma dinâmica interna da consciência coletiva, quando muito configurada a partir de perspectivas do estruturalismo francês¹⁹.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. “As Mentalidades: uma história ambígua”. *Novos objetos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1976 e *A Nova História*. Lisboa, Martins Fontes, 1983, p.11/39. Também com uma perspectiva crítica ver VOVELLE, Michel – “Introdução”, “Ideologias e Mentalidades: um esclarecimento necessário”. In: *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

¹⁹ GISMOND, Michael. “The gift of Theory: a critique sur la histoire des mentalités”. In: *Social History* – volume 10, 1985, p. 211/230.

A crítica mais profunda vai, portanto, na direção de que também a história das mentalidades não demonstra nenhuma preocupação com a questão teórica para fundamentar suas explicações, confirmando suas estreitas afinidades com a escola dos Anais e pagando tributo às perspectivas de encontrar um fator unificador para permitir compreender a essência da história, negando assim a idéia de processo, de movimento e de mudança.

Retomando então a questão da teoria queremos reafirmar primeiro que, em nossa prática da História Social, não se trata de buscar modelos elaborados e explicativos porque concordamos em que “não há, nem pode haver nunca um sistema finito”²⁰, ou seja, nenhuma teoria pode ser pensada como capaz de dispensar a investigação empírica sobre a realidade, ou correremos o risco de construir castelos na areia. Neste sentido, as formas de exame e leitura dos dados são tão importantes quanto a construção da teoria e sempre ampliam as possibilidades criativas desta construção. Não se trata pois de introduzir de fora uma reflexão que nada tem a ver com a realidade. E nem concordamos em que a teoria seja algo pronto e acabado esperando por nós para adotá-la na forma de hipóteses, modelos, etc. Por aí teríamos também de avançar para discutir, de forma mais aprofundada, as tentativas que recusamos, de assegurar a verdadeira teoria classificando-a como “científica”.

As correntes teóricas, nos lembra Samuel, “só ganham importância porque respondem, ou parecem responder a algum silêncio ou inquietação...” assim por exemplo “a popularidade do conceito de hegemonia está evidentemente relacionado com o visível crescimento dos poderes do estado”²¹.

Desta maneira, a teoria somente começa a ter valor, para nós, se nos engajamos em um trabalho de construção teórica, sem aceitar nada de olhos fechados, se nos tornarmos conscientes dos modos pelos quais as questões são construídas, se neste processo nos tornamos mais críticos sobre as

²⁰ THOMPSON: *Op. cit.* P.185

²¹ SAMUEL, Raphael. *Op. cit.* p.63.

categorias explicativas que usamos e mais conscientes dos fundamentos filosóficos da investigação histórica e da interdependência com outras formas de conhecimento²².

Também por isto é de importância fundamental para a História Social a questão da periodização. Se temos sido capazes de incorporar outras temáticas do social, alargando com isto nossa compreensão, temos demonstrado, entretanto, uma dependência estreita em relação aos marcos tradicionais. Isto sem falar da necessidade que sentimos de demarcar acontecimentos e processos para podermos falar com mais tranquilidade do antes e do depois, revelando resquícios de concepções que teoricamente condenamos, mas que parecem ainda estar presentes em nossas análises, em nossos programas e planos de ensino, em nossas aulas, etc.

Há que retomar, portanto, premissas e supostos de um compromisso de construir o presente e assim ser capaz de repensar o tempo, não com os marcos já traçados, mas descobrindo novas maneiras de delimitar nossos objetos, nossos currículos e programas e, sobretudo deixar claro que a periodização cristalizada na “história acontecida”, dos programas e currículos oficiais, podemos contrapor diferentes leituras do processo, que necessitam delimitar e marcar o tempo de acordo com suas propostas.

E porque adotamos a idéia de que o historiador em cada momento de seu trabalho é sempre um ser formado em valores sociais e que quando propõe problemas e interroga as evidências não pode e não quer se desvincular destes valores é que consideramos importante a discussão sobre os compromissos assumidos no presente para explicitar estas posições e estes valores.

IV -

Quando conseguimos refletir que “os conceitos dos quais

²² “History and Theory”. *Editorial da History Workshop Journal*- Issue 6, Autumn, 1978.

partimos não são conceitos, mas problemas e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos” creio podermos atribuir um significado diferente à proposta de se fazer a História Social do Trabalho partindo de categorias como cultura e experiência social da maneira que já discutimos anteriormente aqui e em outros trabalhos.

Se estamos falando de examinar a experiência social dos trabalhadores em todos os seus ângulos de existência e de vida, para além de apenas examinar seu movimento e organizações ou associações políticas, isto significa querer examinar todo o seu modo de vida no campo das transformações e mudanças que, cotidianamente, experimentam os trabalhadores em todos os aspectos do viver a dominação burguesa e capitalista. Não apenas as condições e padrões de existência material na moradia, na fábrica, no lazer, na alimentação, na religiosidade, etc. mas também no campo dos sentimentos e dos valores são expropriados no dia-a-dia da dominação, a resistência oferecida neste processo e a necessidade de reconstruir e reinventar a cultura a partir de sentimentos de perda de padrões antes estabelecidos²³.

É neste campo que queremos também redefinir nossas noções de lutas de classes, para perceber que esta cultura nada mais é do que o modo de vida das classes trabalhadoras e que aí se define o campo de forças, em embates constantes, tornando a cultura, assim entendida, o espaço privilegiado para o entendimento das contradições colocadas pelo processo. E o interesse nesta abordagem não passa por concepções de descrever ou constatar como se desenvolve esta vida e se desenrolam estas lutas, mas passa por tentar entender o como e o por que isto acontece, recuperando sim sentimentos, valores, sensações de perda e necessidade de reconstrução e sobrevivência para entender o constante fazer-se e refazer-se das classes trabalhadoras. Não estamos, pois, adotando as categorias experiência social e cultura, nem como identificação

²³ THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária*. Volume II, op. cit.

das manifestações da superestrutura e nem à moda de uma certa antropologia para significar apenas a descrição do modo de vida, quase sempre a vida material, os laços de parentesco, os hábitos e os costumes.

Segundo as concepções de Thompson e Willians, consideramos necessário reconhecer a complexidade e variabilidade das forças que dão forma e sentido ao cotidiano da luta de classe para podermos entender processos mais amplos de consciência, opções, orientações e direções tomadas pelos trabalhadores no seu viver, não como etapas necessárias e sucessivas, mas para entender que é neste construir da classe, nestas atividades e nestas possibilidades, que se definem os processos sociais, constitutivos que são, todos eles, de situações específicas e diferenciadas. Só aí podemos dar consistência à idéia de que “uma classe se define pelos próprios homens, segundo e como vivem sua própria história e, em última instância esta é a única definição possível”²⁴.

Falando destas perspectivas de compreensão creio que nos faltam, na situação brasileira, estudos históricos com investigação aprofundadas nestas várias direções: do exame da religiosidade e das práticas religiosas para perceber, de um lado, como institucionalmente se configuram a religião e a Igreja na instrumentação do controle social, mas também a experiência de viver o conteúdo desta religiosidade e, da pobreza e dos despossuídos, sobretudo para acompanharmos o processo em que se agrava o medo das “classes perigosas”²⁵ tornando necessário separá-las das classes trabalhadoras, mas também para acentuar como este processo está intimamente relacionado ao crescimento das cidades e todos os problemas sociais daí decorrentes; ainda no tema das cidades, o estudo das condições e da qualidade de vida, como saúde, alimentação, transporte, seja no estudo das condições de moradia dos trabalhadores, seja

²⁴ THOMPSON, E.P. *Op. cit.* Prefácio. p. 12.

²⁵ CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris, Librairie Generale, 1978.

também no estudo de seu arranjo, divisões, objetos, etc. e sobretudo nas questões da divisão do espaço urbano, como centros habitacionais, bairros, espaços para o lazer e o esporte, bem como o próprio desenrolar destas atividades, o rádio e a televisão, o futebol, o jogo de cartas, os cinemas, os bares e os botequins, as revistas, os folhetins, as novelas e outros espaços alternativos de divertimento, principalmente as festas populares, as quermesses, etc.; a questão da criminalidade e do crime para acompanhar o processo de identificação e associação que faz o poder do protesto social com baderna, desordem, violência e crimes, podendo assim explicitar a estrita relação entre criminalidade e organização do mercado de trabalho, bem como o surgimento e a burocratização de instituições como a polícia e outras desenvolvidas a partir da necessidade de vigiar e punir, como a penitenciária, a cadeia e o asilo²⁶.

Quando se fala, portanto, de experiência e nas contradições sociais em que ela se desenvolve, compreendendo todo o viver como cultura, ela não está pensada apenas na vida, mas também no trabalho e daí falar-se de uma cultura de fábrica, por exemplo, para abarcar as práticas, as residências, a disciplinarização, o viver, as condições de exploração intensiva, as mobilizações, a solidariedade, etc.

Para finalizar, coloco à discussão um problema que enfrentamos no estender nossas categorias e descobrir outros temas, valorizados até pelos movimentos sociais de reivindicação pelos equipamentos sociais e por nova qualidade de vida. Nesta descoberta parece que os historiadores da cultura se encontram com a questão, já bastante discutida dentre os outros cientistas sociais, e que se encontra bem no limiar destas investigações ou mesmo na necessidade que sentimos de

²⁶ MELOSSI, Dario e Masimo Pavarini. *Corcel y Facbrica: los origines del sistema penitenciario*. Siglo XXI, México Editora, 1980. STORCH, Robert. "A polícia no cotidiano da vida inglesa". In: *Revista Brasileira de História*. Números 8 e 9, ANPUH, São Paulo, Marco Zero, 1985, CRUZ, Heloisa de Faria – "Mercado e Polícia, São Paulo, 1890/1915". In: *Revista Brasileira de História*, número 14, Marco zero, ANPUH.

politizá-las e socializá-las com o público, muitas vezes, objeto destas pesquisas. Afinal falamos das classes trabalhadoras ou de algo mais abrangente? Quando falamos de cultura, como enfrentar as concepções já existentes de cultura popular? Estaremos iniciando uma tentativa de produzir uma história popular? Ou uma história do povo?

Na Europa o descobrimento da cultura popular representou razões políticas que tinham a ver com os movimentos de libertação nacional significou motivações “nativistas” para reviver culturas tradicionais, em oposição à dominação estrangeira. No caso brasileiro, o nacional e o popular surgem como propostas de construção da cultura dos anos 50 e 60, com grande incentivo das esquerdas, com projetos próprios, que afinal marcaram os estudos sobre o tema e o período²⁷.

Em geral, as abordagens da questão da cultura popular passam por algumas suposições básicas que, segundo Peter Burke, se mostram bastante danosas aos estudos, pelos vícios que carregam como o “pimitivismo” para significar a idéia de que crenças, costumes, artefatos, canções, etc. foram transmitidas através dos anos, sem sofrer mudança alguma e significam tradições milenares, o que certamente é uma suposição bastante equivocada; o “purismo” para designar como popular tudo aquilo que tem origem no campo e é produzido pelos camponeses; o “comunitarismo” para considerar que o povo sempre cria coletivamente²⁸. Não é difícil reconhecer estes vícios nas obras sobre o tema.

De qualquer forma fica evidenciado o despreparo dos historiadores para este debate. Carlo Ginzburg, que trabalha com temáticas dos séculos XVI/XVII, chama a atenção para a falta de desenvolvimento no campo e para a necessidade de se

²⁷ CHAÚÍ, Marilena. *O Nacional e o popular na cultura Brasileira*. Seminários. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

²⁸ BURKE, Peter. “El Descubrimiento de la Cultura Popular”. In: *Historia Popular y Teoria Socialista* – p. 78/92 e também do mesmo autor: “Revolution in Popular Culture”. In: *Revolution*. – R. Porter and N. Teid, Cambridge University Press, 1986.

estabelecer novas técnicas e para o problema da documentação quando afirma a “ambiguidade do conceito ‘cultura popular’”. Às classes subalternas das sociedades pré-industriais é atribuída ora uma passiva adequação aos subprodutos culturais distribuídos com generosidade pelas classes dominantes, ora uma tácita proposta de valores, ao menos em parte autônomos em relação à cultura destas classes, ora um estranhamento absoluto que se coloca até mesmo para além, ou melhor, para aquém da cultura. É bem frutífera a hipótese formulada por Bakhtin de uma influência recíprocas entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante. Mas precisar os modos e os tempos dessa influência significa enfrentar o problemas posto pela documentação, que no caso da cultura popular é, como dissemos, quase sempre indireta²⁹.

Para muitos autores, então lidar, com o popular e o povo pode significar ou a busca de uma cultura dominante, hegemônica de um lado, ou a cultura popular autêntica de outro e, com isto, conseguem ambos obscurecer a vitalidade da cultura como expressão da experiência vivida no sentido de um duplo movimento de contenção e resistência que ela carrega.

Para perceber melhor estas questões há que acompanhar o lento e prolongado processo de “moralização” dos trabalhadores, a “desmoralização” dos pobres e a “reeducação” do povo. Considerar que a rigor muitas destas lutas se desenvolveram longe da lei, do poder e da autoridade e somente com o aparecimento das instituições repressoras, como a polícia, principalmente, é que se pode acompanhar melhor este processo de contenção/resistência, pelo chamado problema das fontes. Fica a certeza de que não há cultura autônoma a ser procurada, que esteja fora do campo das forças da relação poder/dominação.

Por mais problemas que os termo popular e povo nos coloquem, não há que abandonar a perspectiva de que a cultura

²⁹ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia das Letras, 1987 e também do mesmo autor: *Os Andarilhos do Bem*, São Paulo, Cia. Das Letras, 1988.

se mostra um campo rico e fecundo para estudar as condições de classe, principalmente se abandonarmos as concepções simplistas de manipulação para procurarmos sempre as contradições, a desigualdade da luta, os propósitos de organizar e reorganizar valores e “educar” o povo, para lidarmos então com a cultura como campo de batalha onde estas lutas se concretizam³⁰.

A questão está, portanto, em que não podemos nos esquecer das relações estreitas entre o popular e as classes, não apenas para identificar unificações ou hegemonias, ou manipulações, mas os pontos de luta, de contradição. É inegável, entretanto, que esta preocupação com o popular está intimamente associada, para nós, com as preocupações do presente, no que diz respeito às alianças que queremos e devemos realizar na construção do projeto de transformação. Os termos “povo” e “popular” são sempre difíceis de serem tratados. Em seu nome se tem forjado grandes tentativas de definir projetos elaborados de dominação para o “bem do povo” para conseguir o povo dócil, que sempre diz sim ao poder. Mas não há que necessariamente ser assim. Se considerarmos o campo de forças contido na cultura do povo aí também pode estar sendo construído o caminho democrático para o socialismo.

³⁰ HALL, Stuart. “Notas sobre la Desconstrucion de la Popular”. In: *Historia Popular y Teoria Socialista*. P. 93/110. Sobre o assunto, interessante perceber a discussão no Brasil em José Leite Lopes. *Cultura e Identidade Operária*. Editora Marco Zero, 1987, UFRJ.